

Advogado quer restabelecer a penhora do Espanhol

Foto: Romildo de Jesus

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

O advogado trabalhista Hudson Resedá e membros da comissão dos credores do Hospital Espanhol estão avaliando a possibilidade de ingressar com uma medida perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou até mesmo junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que seja restabelecida a penhora da unidade, que está fechada desde 2014 por insolvência.

“A própria Real Sociedade Espanhola de Beneficência, em audiência global, realizada em novembro de 2015, deu o imóvel como garantia da dívida trabalhista”, externou Hudson Resedá. À época, na planilha geral de pagamentos produzida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-5) estavam anotados 1.831 processos ajuizados e conciliados, que, juntos, totalizavam um débito trabalhista de quase R\$ 125 milhões.

Hudson Resedá diz, ainda, que a Comissão de Credores do Hospital Espanhol tem sido municiada com dados e informações pela Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas (ABAT), através do seu presidente Ivan Isaac Ferreira Filho. “Estamos unidos para não deixar que haja prejuízo, de nenhuma maneira, aos nossos patrocinados”.

IMPUNIDADE

Outra provocação judicial a ser anunciada, em breve, é a apreensão e/ou penhora dos bens dos ex-gestores do empreendimento médico-hospitalar. “Foram eles, que levaram ao encerramento das atividades do Espanhol. Os juizes da Justiça do Trabalho não deixaram de procurar o patrimônio desses senhores para cobrá-los pela má gestão ao longo de décadas. Eles te-



HOSPITAL

Advogado defende que imóvel deve ser garantia para sanar uma dívida trabalhista que chega a quase R\$ 125 milhões

ção que responder pelo que fizeram e se pensam que vão ficar impunes, nós, não vamos deixar!”

A crise do Hospital Espanhol surgiu em 2013. Em setembro de 2014, a diretoria anunciou a suspensão de todas as atividades. Pacientes que estavam internados tiveram que ser transferidos para outras unidades de saúde da cidade e mais de dois mil funcionários foram demitidos. Em dezembro de 2016 foi marcado e suspenso um leilão por diversas vezes do conjunto de bens do hospital, que envolve dois imóveis no bairro da Barra, com mo-

biliário e equipamentos.

PRESERVAÇÃO

Uma primeira preocupação dos advogados dos credores é quanto a preservação desse patrimônio, que sofre com a ação do tempo. “São equipamentos de ‘ponta’, que lá permanecem e sofrem uma deterioração natural e previsível. Se houvesse uma definição rápida da Justiça Cível poderíamos até evitar uma perda maior desses recursos. Mas, se quer existe uma data para o julgamento”, esclarece Hudson Resedá. Outra preocupação diz respeito ao decre-

to estadual, publicado durante o governo de Jaques Wagner, que decretou como ‘exclusiva finalidade do equipamento servir como hospital ou algo congênere’.

“Com esta decisão, arbitrária, ele restringiu a participação de outros grupos do segmento imobiliário interessados na aquisição do imóvel, que, por sinal, está bem localizado em um dos bairros nobres da cidade de Salvador. Por extensão, este decreto estadual provocou uma forte desvalorização no valor venal do imóvel. Se o hospital continuasse com destinação aberta seria bem

melhor a sua negociação. Precisamos cancelar, urgente, este decreto e colocar o Espanhol como imóvel aberto a qualquer destinação de uso”, argumenta Hudson Resedá

RECURSO

Sobre este imbróglio, que se arrasta há anos, procuramos o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) para se pronunciar. Em nota, a Assessoria de Comunicação assim nos respondeu: “Estamos passando dados referentes à ação de Insolvência Requerida pelo Devedor ou pelo

Espólio, tombada sob o nº 0 5 4 . 7 3 7 8 - 81.2017.8.05.0001. Esse processo está no 2º grau, para julgamento do recurso, e, por ora, em poder (carga) do advogado representante da parte Sociedade Espanhola de Beneficência, para análise e manifestação sobre a interposição do Agravo de Instrumento. Após serem cumpridas as diligências solicitadas, será devolvido à 2ª Câmara Cível, para ser pautado para julgamento. Atualmente, o processo está em grau de recurso, aguardando julgamento da apelação”.

Câmara de Salvador.
43 vereadores e você.

ILLAO ARCAM REVERSA
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Para melhorar cada vez mais nossa cidade, a Câmara de Salvador conta com uma colaboração especial: a sua.

Fiscalizar, promover soluções, criar leis, votar propostas, discutir a cidade. Esse é o dia a dia da Câmara. E fazer parte dele nunca foi tão fácil. Através do portal, ouvidoria e redes sociais, você participa das discussões, acompanha os debates e dá sugestões. Para ver como atuam os vereadores e ficar por dentro dos temas que influenciam nosso dia a dia, sintonize na TV Câmara (canal digital 61.4) ou na Rádio Câmara (105.3 FM). Informe-se e colabore com as decisões para nossa cidade. Juntos, vamos fazer uma Salvador cada vez melhor.



O futuro da cidade passa por aqui.



REUNIÃO

Secretário estadual do Turismo, Fausto Franco debateu o assunto com vereadores

CÂMARA

Concessão do Rio Branco à iniciativa privada ganha apoio

A proposta de concessão do Palácio Rio Branco para a iniciativa privada preservar e utilizar o edifício histórico, situado na Praça Municipal, em Salvador, foi tema de reunião realizada nesta sexta-feira (3), entre o secretário estadual do Turismo, Fausto Franco, e vereadores.

O secretário deu início ao encontro explicando que o uso do palácio prevê respeito às suas características históricas e arquitetônicas. A fachada será preservada, assim como o Memorial dos Governadores Republicanos da Bahia. “A sala em homenagem aos governadores será mantida em sua integralidade e seguirá aberta à visitação”, disse.

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Câmara, vereador Ricardo Almeida, observou que as informações apresentadas por Fausto Franco eliminam os ruídos que levaram a questionamentos do projeto. “A concessão à iniciativa privada - feita a partir de regras bem claras - vai salvaguardar o interesse público”, resumiu.

Fausto Franco explicou, ainda, que são vários os edifícios históricos que serão incluídos pelo governo estadual em um plano de valorização do Centro Antigo. Além disso, a Secretaria da Fazenda analisa a possibilidade de serem criados incentivos às atividades

produtivas naquela área da cidade.

O vereador Alexandre Aleluia também ficou satisfeito com as informações sobre o Palácio Rio Branco, visto pelo grupo português Vila Galé como alternativa para instalação de um novo hotel. Aleluia é autor de projeto de lei que visa à preservação da Praça Municipal. “O que está proposto, neste caso, é bom para a cidade e para o desenvolvimento econômico sustentável”, finalizou.

Também estiveram presentes à reunião na Setur os vereadores Alex Mine, Paulo Magalhães Júnior e Sabá, assim como o subsecretário Benedito Braga e o superintendente de Serviços Turísticos Jorge Avila.